

## Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional

Requerimento nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2003  
(Da Sra. Perpétua Almeida)

Solicita que sejam convidados as seguintes personalidades para discutirem, em Audiência Pública desta Comissão, a profissão de Agentes Agroflorestais Indígenas.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, sejam convidados as seguintes personalidades, com o objetivo de discutirem a profissão de Agentes Agroflorestais .

1. Sr. Nilson Sabóia Kaxinawá – Presidente da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre;
2. Sr. Moisés Diniz, Deputado Estadual do Acre;

3. Sr. Francisco Pinhanta, Secretário Extraordinário de Assuntos Indígenas do Acre;
4. Sr. Renato Gavazzi, Coordenador de Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2003

Deputada Perpétua Almeida  
PCdoB/AC

## **JUSTIFICAÇÃO**

No Acre os povos indígenas vêm utilizando o conceito de gestão ambiental em suas comunidades, graças a um conjunto de medidas que envolve plano de manejo para madeira, preservação da cultura mitológica, reciclagem, recuperação de áreas degradadas, agroflorestas, criação de quelônios em cativeiro e outros. Mas, esse processo não seria efetivo sem a participação do agente agroflorestal indígena, a pessoa que trabalha a gestão ambiental em suas terras e de seu entorno.

O trabalho dos agroflorestais no Acre teve início em 1996, primeiramente com 15 agentes. Hoje são 105, distribuídos em 19 terras indígenas e sete povos diferentes, que no momento articulam a regulamentação da profissão. Eles possuem uma entidade que os representa: a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre – AMAAI-AC, criada em 17 de agosto de 2002.

Hoje, todo o projeto desenvolvido pelos agentes agroflorestais está servindo de exemplo para etnias de outros Estados. Lideranças indígenas da etnia Galibi Maruworno, do município de Oiapoque (Amapá) já conhecem de perto as experiências e pretendem implantá-las em suas aldeias.

Desde que foi criada a profissão, já foram realizados vários cursos, encontros e seminários. Ao todo foram 9 enfocando manejo, implantação de SAFs (Sistemas Agroflorestais), criação de quelônios em cativeiro, tracajá, melíponas (abelhas nativas). Todas essas experiências estão sendo desenvolvidas nas comunidades e seu entorno.

Esta inovadora prática, que traz a co-responsabilidade dos indígenas com a sociedade não indígena na defesa e proteção ambiental é salutar.

Buscamos garantir mecanismos que garantam a regulamentação desta profissão e, ainda, a divulgação da mesma para outros Estados da Federação.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2003

Deputada Perpétua Almeida  
PCdoB/AC